

BILINGUISMO: UMA PROPOSTA PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Mariana Dézinho¹

Eugenia Portela de Siqueira Marques²

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir questões ligadas á trajetória da educação dos surdos , e as metodologias usadas para sua educação, principalmente o bilinguismo. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica fundamentada nos estudos de pesquisadores da área. Em determinados períodos da história os surdos sofreram por não poderem utilizar a língua de sinais, e por muitas vezes ficavam a parte do sistema de ensino existente. Entretanto após séculos de discursos envolvendo questões patológicas e de reabilitação surgem os movimentos de resistência surda que buscam expressar suas marcas culturais, muito se foi conquistado, principalmente com o reconhecimento de Libras como língua, disciplinado pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Hoje os surdos lutam por uma escola bilíngue, que respeite suas necessidades, reconheça sua língua e identidade e promova uma educação mais igualitária.

Palavras-chave: Educação de surdos; políticas públicas; bilinguismo.

Abstract

This article aims to discuss issues related to the trajectory of deaf education, and the methodologies used for their education, especially bilingualism. The survey was conducted through literature review based on studies by researchers. In certain periods of history the deaf suffered by not being able to use sign language, and were often part of the existing education system. But after centuries of discourses involving pathological issues and rehabilitation arise movements deaf resistance that seek to express their cultural marks, much has been achieved, particularly with the recognition of pounds as a language governed by Law No. 10,436 of April 24, 2002. Today the deaf fight for a bilingual school that meets your needs, recognize their language and identity and promote a more egalitarian education

Keywords: Deaf education, public politic, bilingualism.

¹ Aluna do curso de especialização em Formação de Profissionais da Educação da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD mariana_libras@hotmail.com

² Doutora em Educação pela UFSCar e coordenadora do curso de pedagogia da Universidade Federal da Grande Dourados – MS- eumar13@terra.com.br

Introdução

Para Mantoan e Prieto (2006, p.15) o ensino escolar brasileiro tem enfrentado um grande desafio em relação ao acesso e especialmente a permanência dos alunos com deficiência nas instituições escolares, porém mudanças já estão sendo notadas como, adaptações arquitetônicas, reorganizações curriculares, ações estas voltadas para valorizar e reconhecer as diferenças sem segregar os alunos.

Entretanto são inúmeras as resistências a este processo, porém tem crescido consideravelmente o número de pais, professores e instituições que têm discutido sobre a inclusão de pessoas com deficiência, vislumbrando uma sociedade mais igualitária.

Sabemos que não existem classes homogêneas, pois cada criança possui seu ritmo de evolução independente de sua faixa etária, e ao trabalharmos com essas diversidades, temos como obrigação oportunizar momentos de trocas de experiências, para que as próprias crianças possam reconhecer e respeitar as diferenças culturais, sociais, históricas, cognitivas, entre outras.

A escola só pode ser um espaço inclusivo se nelas todos forem autores e atores, participantes ativos do processo educativo e de todos os delineamentos e desdobramentos que envolvem o cotidiano escolar. (QUILES, 2010, p.39).

O objetivo deste texto é discutir questões ligadas a trajetória da educação dos surdos fazendo uma análise dos modelos educacionais já utilizados dando ênfase ao bilingüismo, modelo hoje considerado o mais próximo ao ideário surdo.

O cenário atual no Brasil em relação às políticas públicas da educação dos surdos tem avançado gradativamente, numerosas são as conquistas legais e pedagógicas, todavia não basta oportunizarmos o acesso dos surdos as escolas, se não garantimos a participação do mesmo no ambiente escolar.

Parafraseando Fernandes (2011, p.30) por um longo período de tempo, os surdos foram excluídos da possibilidade de estudar e até de participar do convívio social, técnicas clinico-patológicas desenvolvidas para curar os surdos e alguns modelos educacionais foram criados para os mesmos, porém não respeitavam sua cultura e identidade.

Segundo Festa e Oliveira (2012,p.07) é partir da década de 1980 que o bilingüismo ganha força como modelo educacional e hoje segundo os pesquisadores é o modelo mais

adequado para educação de surdos, onde a libras é usada e respeitada como língua natural dos surdos.

Vivemos um momento profícuo, pois as decisões políticas tem se preocupado verdadeiramente em repensar questões que envolvem as minorias linguísticas no Brasil. A exemplo disso temos as leis 10.436/02 que reconhece a Libras como língua natural dos surdos, o Decreto 5.626/05 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a lei 12.319/10 que reconhece a profissão do intérprete de língua de sinais.

Este artigo faz uma revisão bibliográfica das obras relacionadas a esta temática, que tem ganhado espaço desde 1980 com a virada linguística tendo como autores base Fernandes (2001), Quadros (1970) e Gesser (2009).

O estudo apresenta reflexões sobre a forma de ensino para os surdos e propõe a desconstrução de crenças, conceitos, promovendo novas formas de olhar para esta realidade.

O presente artigo está dividido em três seções: a primeira traz considerações sobre a trajetória histórica dos surdos, a segunda apresenta a luta dos surdos na busca pelo seu reconhecimento linguístico e na terceira é feita um aparato geral sobre o bilinguismo no Brasil.

1. Histórico da Educação dos Surdos

Historicizar a temática da trajetória educacional dos surdos é uma tarefa árdua (SILVA, 2006, p.16), haja vista que é preciso visualizar de forma crítica os problemas sociais por eles vividos e reconhecer as diferenças, tanto linguísticas como sociais construídas através de um processo histórico.

A estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou as pessoas com deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas. No Brasil, milhares de pessoas com algum tipo de deficiência são discriminadas nas comunidades em que vivem ou são excluídas do mercado de trabalho. O processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto à socialização do homem (MACIEL, 2000, p.01).

Este cenário começa a se modificar, alguns pensadores e filósofos iniciaram experiências com surdos e chegaram à conclusão de que era possível se expressar e compreender conceitos sem depender necessariamente da fala. Para Fernandes (2011) esta possibilidade de que os surdos poderiam aprender abalou o cenário educativo da Europa, iniciando assim, diversos debates pedagógicos relacionados mais à linguística do que à educação em si.

Algumas figuras merecem destaques como o religioso Michel L'Epée que segundo Fernandes(2011,p.28) criou um método diferente, com base no emprego de sinais, que alcançou imenso sucesso na década de 1780 e que se estendeu a centenas de surdos por toda Europa.

Os surdos que poderiam receber instrução eram providos da nobreza, porém por volta dos séculos XVI e início do XVIII foram usadas táticas isoladas de oralismo, que consistiam no treino da fala da pessoa surda.

A utilização de gestos ou mímicas, como eram denominados os sinais da época, significava caminhar em direção contrária ao avanço do aluno, e a oralização era necessária para que os contatos dos surdos não fossem restritos aos seus semelhantes. (FERNANDES, 2011, p.26).

Muitas técnicas e metodologias foram criadas para aperfeiçoar o oralismo, foram proibidas qualquer comunicação que não fosse através da fala, que segundo Fernandes (2011) a maioria destas técnicas eram feitas em nome da ciência, religião e do progresso.

Contrariamente ao método oralista, temos o abade francês Charles Michel de L'Epée, que na segunda metade do século XIX criou um método baseado na emprego dos sinais, que ficou muito famoso e alcançou toda a Europa. (FERNANDES, 2011, p.28)

Este sistema utilizava a língua de sinais mais a gramática francesa, o que possibilitava aos surdos aprender a ler, escrever e compreender as informações que eram transmitidas por um intérprete sinalizador.

Pelo sucesso obtido, a prática de L'Epée ganhou inúmeros adeptos e vários professores foram treinados para difundi-la nas mais de 20 escolas para surdos criadas na França e na resto da Europa até 1789. O mais interessante é que, pelo predomínio da comunicação gestual nas aulas, vários professores surdos passaram a colaborar nas práticas educativas, o que pela primeira vez, conferiu status social a pessoa surda. (FERNANDES, 2011, p.28)

Por meio do modelo gestualista de L'Epée, a língua de sinais fica conhecida como o melhor meio para que o surdo se comunique, desenvolva seu pensamento e para sua integração social, onde a língua de sinais deveria ser estimulada pois apresentava ótimos resultados no desenvolvimento social e acadêmico dos surdos.

Segundo Fernandes (2011, p.21) é inigualável a superioridade dos métodos utilizados por L'Epée e sua relação com a conquista de direitos educacionais dos surdos, se comparados aos resultados do oralismo de Heinicke que mais parecia com prática terapêutica, evidenciando um modelo hegemônico proposto por ouvintes, levando a transformação dos espaços educativos em territórios médico-hospitalares.

Todavia na segunda metade do século XIX, por questões políticas e econômicas, aumentou-se a rejeição aos sinais e os adeptos pelo modelo oralista, tendo como representantes de influência Adolf Hitler, Benito Mussolini e Alexander Graham Bell que buscavam a perfeição física do ser humano.

De acordo com Silva (2006, p.16), no ano de 1888 foi realizado o Congresso de Milão que tinha como objetivo discutir a educação dos surdos. No momento da deliberação não contava com a participação e nem com a opinião da parte interessada - os surdos- sendo que um grupo de ouvintes impôs a superioridade da língua oral sobre a língua de sinais e decretou que a primeira deveria constituir o único objeto de ensino, declarou-se desta forma que as palavras eram para os ouvintes indubitavelmente superiores aos gestos.

Desde então, segundo Fernandes (2011, p.33) os alunos surdos foram proibidos de usar sua língua potencial e obrigados a aprender a falar, independentemente de suas possibilidades para alcançar êxito nessa tarefa. Nesse contexto não havia mais espaço para professores surdos, pois a nova ótica, os ouvintes seriam o modelo ideal para os surdos.

Aproximar os surdos da “normalidade” ouvinte significa fazê-los falar, desenvolvendo-lhes a capacidade de abstração e de desenvolvimento cognitivo que a condição afetada pela surdez lhes impunha. (FERNANDES, 2011, p.29)

Como afirma Fernandes (2011, p.34) a primeira instituição especializada foi o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), fundado no Rio de Janeiro em 1857, com a supervisão do professor surdo Ernest Huet vindo da França.

O modelo oralista demorou a chegar na América diferente da Europa, pois os professores de língua de sinais optaram por ensinar tanto a fala quanto a sinalização modelo este conhecido como Comunicação Total. Este fato fortaleceu a comunidade surda que resistiam aos modelos impostos, fortalecendo sua identidade e cultura, que segundo Stumpf (2009) deve ser compreendido como uma série de regras e práticas de comportamento, valores, atitudes, costumes e tradições, de onde é importante ressaltar a importância da comunicação e das manifestações artísticas.

Mesmo em difíceis condições e com a chegada efetiva do oralismo³ ao Brasil em 1911, os surdos lutavam por seus direitos mesmo que de forma mínima dando a possibilidade de organizar as primeiras comunidades surdas e a busca pelo respeito e por um ensino igualitário.

Com os resultados insatisfatórios do oralismo e os indicativos obtidos pelas primeiras pesquisas linguísticas sobre a Língua de Sinais Americana, que tinha por objetivo investigar seu estatuto linguístico, desenvolvidas, com sucesso, por W. Stokoe (1960); aliados aos bons desempenhos escolares de crianças surdas, filhas de pais surdos, os sinais ganham sua liberdade e retornam à escola pela abordagem da Comunicação Total. (NOGUEIRA, 2012, p.41)

Parafrazeando Nogueira (2012) a Comunicação Total⁴ foi adotada no Brasil no final da década de 1970, e seus defensores alegavam que as crianças surdas educadas no modelo oralista, não conseguiam bom desenvolvimento emocional e social satisfatório. Este procedimento encoraja todas as formas de comunicação e teve como resultado a mistura de duas línguas (tanto oral-auditiva quanto a visu-espacial) resultando uma terceira modalidade no caso brasileiro, conhecida como português sinalizado ou bimodalismo.

Os resultados obtidos com essa abordagem não foram satisfatórios nem para aquisição da língua oral nem para escrita. Esses resultados sobre as línguas de sinais foram direcionados a educação dos surdos para uma abordagem bilíngue. (NOGUEIRA, 2012, p. 43)

No ano de 1980, iniciaram-se no Brasil estudos linguísticos sobre a língua brasileira de sinais, buscando a melhor alternativa para educação de surdos, deste modo os surdos que

³ Para Nogueira (2012, p.29) o oralismo tem como intenção que a educação do surdo deve começar com os bebês e deve aproveitar todos os recursos disponíveis para se desenvolver a linguagem interior da mesma forma como acontece aos ouvintes, isto é, resíduos auditivos, amplificação sonora, leitura labial, percepção das vibrações vocais, etc.

⁴ Para Nogueira (2012, p.41) Na Comunicação Total, como o próprio nome indica, todos os esforços são empregados no sentido de uma comunicação mais efetiva entre surdos e entre surdos e ouvintes, utilizando modelos auditivos, manuais e orais.

sofreram com o oralismo, rapidamente se organizaram na luta a favor da educação bilíngue e exigindo mudanças educacionais e a tão sonhada oficialização de sua língua natural⁵.

Outro acontecimento importante dessa década de 1980 foi a criação, em 1987, da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), uma entidade sem fins lucrativos, a máxima representativa dos surdos, que trabalha em prol da sociedade surda, garantindo, entre outras coisas, a inclusão do surdo no mercado de trabalho, pesquisas para a sistematização e padronização do ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para ouvintes e a defesa dos direitos linguísticos e culturais da comunidade surda.(NOGUEIRA,2012,p.44).

2. Os movimentos surdos: a busca pelo reconhecimento linguístico

Até o presente momento, observamos que a trajetória da educação dos surdos, não foi algo linear e nem aconteceu de forma neutra. Percebe-se que o surdo tem a necessidade específica de agrupamento em razão da função linguística, entretanto para muitos esta necessidade fica erroneamente caracterizada como segregação.

É sabido que as marcas do Congresso de Milão⁶ tiveram fortes influências na formação cultural e linguística dos surdos, pois foram banidos das escolas e tiveram sua língua proibida, e mesmo com as construções das escolas orais e a disseminação da medicalização da surdez.

Na década de 1960, impulsionados pelos estudos descritivos da ASL por Stokoe em especial nos Estados Unidos, estas minorias étnicas e culturais, com a ajuda de representantes políticos, iniciaram os trabalhos de movimento social para reivindicar seus direitos, para que suas diferenças fossem reconhecidas politicamente. Líderes surdos, entusiasmados com os discursos provedores de igualdade, articularam o movimento surdo⁷ para denunciar as pressões historicamente sofridas e apresentar suas produções culturais enquanto grupo minoritário.

⁵ De acordo com Gesser (2009, p.12) a língua de sinais dos surdos é natural, pois evolui como parte de um grupo cultural do povo surdo.

⁶ Para Fernandes (2011, p.32), o Congresso de Milão, foi um evento onde representantes do mundo todo, em sua maioria não Surdos, aprovaram o método oral como o mais eficaz para a educação da criança Surda.

⁷ Para Perlin (1998), o movimento surdo tem se caracterizado como um local de gestação da política de identidade surda contra a coesão ouvinte, por meio de lutas que objetivam entre outras coisas questionar a natureza ideológica das experiências surdas e descobrir interconexões entre essa comunidade cultural e o contexto social em geral.

Para Fernandes (2011,p.56) existem três fatores importantes que contribuíram com a organização dos surdos: o fator político aproveitando do movimento de denúncias no pós-segunda guerra, e apresentando a discriminação e o reconhecimento das diferenças; na educação especial a abertura das matrículas nas salas regulares e a criação das salas especiais e os fatores científicos que mudaram os caminhos da educação de surdos no final do século XIX.

Na década de 1960 a linguística abre-se para novas temáticas de pesquisas, e a sociolinguística apresenta a importância da lógica formal e funcional de diversas línguas antes não estudadas.

Essa confluência de fatores contribuiu para a sustentação científica e a sistematização dos estudos lingüísticos sobre as línguas de sinais em diferentes países, cujo representante pioneiro é o lingüista norte-americano Willian Stokoe, com seus estudos sobre a ASL- Língua de Sinais Americana (FERNANDES, 2011, p.57).

Outro fator determinante é que por meio da Psicologia é reconhecida a importância da linguagem no desenvolvimento do pensamento simbólico e raciocínio lógico, assim diversos foram os testes realizados com crianças surdas, filhas de pais surdos que aprenderam a língua de sinais como primeira língua, apontando ótimos resultados de desenvolvimento em relação a aquelas crianças que aprenderam a língua de sinais tardiamente.

Com essas mudanças e diante das novas perspectivas, a língua de sinais começou a ser inserida no ambiente escolar, iniciando as primeiras experiências bilíngues nas escolas. Esta bandeira levantada pelas comunidades surdas no Brasil, buscavam o reconhecimento da Libras como língua e apresenta sua aproximação com outros grupos linguisticamente minoritários.

Parafraseando Fernandes (2011, p.61) No Brasil as políticas públicas voltadas aos movimentos sociais iniciam-se a partir do final da década de 1990, estes movimentos foram realizados em sua maioria por parte dos próprios surdos na busca de sua liberdade linguística.

Um dos principais indicadores desse fato foi o fracasso escolar maciço dos alunos, sinalizado pelo número reduzido de surdos nos níveis mais avançados da educação básica e quase inexistentes no ensino superior. (FERNANDES, 2011, p.62)

Os surdos neste momento ainda dependiam do uso fala para poderem frequentar as escolas, o que era comum utilizar os sons das letras, e poucos surdos obteriam êxito escolar.

Diante deste fracasso escolar generalizado, toda comunidade surda, pais, professores, alunos, começaram a pressionar o Poder Público para que os direitos a diferença fossem efetivados.

Para Nogueira (2012, p. 75) Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos- FENEIS é a prova de luta e defesa pela comunidade surda do Brasil, que consiste em uma entidade filantrópica com finalidades educacionais, assistenciais e socioculturais. De acordo com Fernandes (2001, p.64), segue abaixo algumas das conquistas alcançadas pelas comunidades surdas no Brasil:

a) Dia Nacional dos Surdos: comemorado em todo território nacional o dia 26 de setembro para relembrar sua história de lutas e divulgação de sua cultura identitárias.

b) Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000: promove acessibilidade no sistema de comunicação em diferentes seguimentos sociais.

c) Resolução CEB/CNE nº 2, de 11 de setembro de 2001: institui diretrizes para educação especial na educação básica e, no que diz respeito à educação dos surdos, assegura a educação bilíngue, os profissionais intérpretes, entre outros.

d) Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002: oficializa a língua brasileira de sinais-Libras.

e) Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003: dispõe sobre a acessibilidade dos surdos as universidades brasileira.

f) Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005: dispõe sobre a Libras.

3. Educação Bilíngue: Uma nova proposta educacional para surdos

Para melhor exemplificar a educação bilíngue definimos como uma proposta em que podem ser usadas duas línguas na comunicação e no ensino dos surdos: língua brasileira de sinais como 1ª língua e o português como segunda língua, pois segundo Quadros (2008) se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito.

Educação Bilíngue é vista não apenas como uma necessidade para os alunos surdos, mas sim como um direito, tendo sempre como base o pressuposto de que as Línguas de Sinais são patrimônios da humanidade e que expressam as culturas das comunidades surdas. (STUMPF, 2009, p.247)

No Brasil conforme a Lei nº 10.436, a segunda língua dos surdos (português) é obrigatória apenas na modalidade escrita. Dentro desta abordagem o surdo deve aprender a língua de sinais o mais cedo possível principalmente no âmbito familiar, para que quando chegue na idade escolar, esta linguagem já esteja bem desenvolvida, para assim tornar mais fácil a aprendizagem do português.

Porém é que a maioria das crianças surdas nascem em lares ouvintes, e os pais buscam diversas opções para que os filhos aprendam a falar e incentivam a oralidade no lugar dos sinais, o que é considerado desvantajoso para criança surda que acaba aprendendo a língua de sinais tardiamente. A exemplo disto Skiliar (2012,p.27) afirma que as crianças surdas além de possuírem a potencialidade da aquisição da língua de sinais, elas tem o direito de se desenvolverem numa comunidade de pares, e de construir estratégias de identificação no marco de um processo não fragmentado.

O princípio fundamental do bilingüismo é oferecer á criança um ambiente linguístico, em que seus interlocutores se comuniquem com ela de forma natural, como acontece com a criança ouvinte pela modalidade oral. A criança surda tem a possibilidade, assim, de adquirir a língua de sinais como primeira língua, não como uma língua ensinada, mas aprendida. (PEREIRA, 2004,p.45)

O bilingüismo começou a ganhar força no mundo a partir da década de 1980, mais tardiamente no Brasil no ano de 1990, mas a adoção do mesmo nas escolas públicas ainda é fraca, apesar dos esforços governamentais. Segundo Santana (p.168,2007), a luta pelo bilingüismo, em alguns momentos, parece ser menos uma questão linguística e mais uma questão político-social, já que subjaz a ela é a possibilidade de inserção dos surdos em uma sociedade ouvinte.

O bilingüismo deve basear-se numa ampla visão socioantropológica segundo o qual o surdo é um indivíduo diferente da maioria, e que tem uma identidade própria, cuja comunidade manifesta aspectos culturais específicos, que desenvolveu uma língua natural segundo suas características, e que, historicamente, como tantas outras minorias, têm sido impedido de exercer seus direitos sociais-principalmente o de usar uma língua diferente e de ser educado na sua língua natural (SÁ, 2012, p.184)

Para que este direito da busca de uma condição bilíngue se efetive são necessárias fazer algumas alterações na organização escolar, pois necessita da mediação de diversos

profissionais: professor ou instrutor de libras (preferencialmente surdo), professor bilíngue, intérprete de libras/português, fonoaudiólogo, entre outros.

Esses profissionais constituem apenas o ponto de partida para a implantação de propostas de educação bilíngue. Do ponto de vista de práticas escolares, exige-se uma constante reflexão sobre os conteúdos, os objetivos, as metodologias e as formas de avaliação em curso na escola e sua adequação as possibilidades das crianças surdas. (FERNANDES, 2011, p.106)

A primeira e principal mudança no ambiente escolar deve estar relacionado a acessibilidade na comunicação, pois é por meio desta a oportunidade de acesso a interação tanto em libras como em português. A maneira mais adequada de se comunicar com os surdos é utilizando a língua de sinais, entretanto, como a grande maioria dos professores desconhecem esta modalidade, a oralidade é a forma quase sempre utilizada em sala de aula prejudicando o aprendizado dos surdos.

Os professores surdos possuem um vasto conhecimento que muitas vezes o professor ouvinte desconhece, deste modo é necessário que seja feito um trabalho em conjunto para que esta nova proposta se torne sólida e eficaz, desconstruindo saberes arraigados dos professores ouvintes em relação à educação dos surdos.

Para que um ambiente seja considerado bilíngue é preciso que um grande número de pessoas que saibam a língua de sinais e não apenas o aluno surdo e o intérprete, pois a preocupação hoje é de respeitar a autonomia da língua de sinais, organizando um espaço educacional que respeite as experiências tanto linguísticas como psicossocial dos surdos.

Este é um grande problema encontrado nas escolas, a falta de profissionais que sejam proficientes em língua de sinais, pouco são os professores que conhecem a LIBRAS e o número de intérpretes em muitos Estados ainda não são suficiente para atender a demanda, problema este que prejudica de forma efetiva o aprendizado dos surdos.

Um fator fundamental relacionado ao bilinguismo é que os alunos surdos precisam ter acesso aos conteúdos de todas as disciplinas em sua língua sendo esta considerada uma questão de acessibilidade. Existem alguns recursos que podem ser utilizados em sala de aula, que contribuem para melhor compreensão dos surdos como: recursos tecnológicos (DVD, vídeo, TV, slides), pois o surdo depende muito da sua visão para assimilar o conteúdo, e em relação às iconografias, ajudam a esclarecer dúvidas sobre os temas abordados, auxiliando na fixação da memória visual dos surdos.

Quanto à organização em sala de aula, geralmente o aluno surdo senta na primeira carteira para ficar mais próximo ao quadro e ao professor, entretanto a proposta bilíngue acredita que as disposições das carteiras em forma de círculo facilitam a visualização mais ampla do surdo.

Sabe-se a dificuldade que os surdos têm em utilizar a língua portuguesa assim como qualquer estrangeiro tem com uma segunda língua. Por esse motivo, quando o aluno na escola bilíngue fizer uma produção de forma escrita, o recomendável é que seja avaliado como sua segunda língua.

Quanto ao ensino da língua portuguesa, a proposta bilíngue para os surdos concebe o seu desenvolvimento baseado em técnicas de ensino de segundas línguas. Tais técnicas partem das habilidades interativas e cognitivas já adquiridas pelas crianças surdas diante das suas experiências naturais com a LIBRAS. (QUADROS, 1997,p.29)

Alguns pré-requisitos usados nos modelos de oralidade como acentuação, tonicidade, fonemas devem ser revistos pelo não uso da oralidade dos mesmos.

A escola ainda necessita de alguns apoios especializados para melhor atender os alunos: sala de recurso, servindo para fornecer um complemento curricular feito em libras para aquisição do português e também o intérprete de libras que auxilia na mediação da comunicação dos surdos dentro do âmbito escolar.

A sala de recurso é o espaço que o aluno surdo tem para estudar e aprofundar seus conhecimentos em língua de sinais, sendo eles instruídos preferencialmente por um professor surdo proficiente em Libras, ou caso não haja o mesmo deve ser um professor ouvinte proficiente na área. Já os intérpretes educacionais atuam especificamente na comunicação dos surdos com qualquer outra pessoa dentro do espaço escolar.

Para Stumpf (2009, p.439) construção de um modelo bilíngue de educação para os surdos é um tarefa árdua complexa e exigente e as soluções simplistas só mascaram o inadequado da instituição escolar. Se não dedicarmos a necessária atenção e recursos, não trabalharmos com rigor científico, a Educação de Surdos vai continuar sendo um fracasso.

Sabemos que algumas escolas estão se definindo como “bilíngües” pelo simples fato de permitirem e incentivarem a comunicação por sinais entre alunos surdos e professores, porém não apresentam propostas pedagógicas que incentivem a aquisição precoce da língua de sinais, a fim de possibilitar a introdução desta como primeira língua, como todas as implicações para o cotidiano da escola e para o delineamento dos objetos pedagógicos. (SÁ, 2012, p.185)

Sabemos que a construção de um modelo bilíngue é um trabalho árduo e paciente, entretanto se não trabalharmos em conjunto, continuará sendo um processo dificultoso tanto para os professores quanto para os alunos, sendo importante evidenciar destas discussões, para que a luta por uma escola inclusiva, não seja apenas um modo de justificar um maior descompromisso com as minorias excluídas.

Considerações Finais

Este trabalho teve como intuito discutir questões ligadas à trajetória da educação dos surdos, e as metodologias usadas para sua educação, principalmente o bilinguismo, metodologia considerada hoje como a mais próxima do ideário surdo.

Fica evidente que durante a história da educação dos surdos, o modelo do ouvintismo permaneceu no cenário educacional, por quase um século, privando os surdos de usarem a sua língua natural e ainda hoje no Brasil os surdos defendem as escolas para surdos.

Na Europa nos séculos XV e XVI, é que este cenário começa a se modificar com a ajuda inicialmente de monges e abades preocupadas com essas pessoas até então marginalizadas, inicia-se o ensino através dos sinais e presencia-se os avanços educacionais da pessoa surda.

Com o avanço da medicina, passamos para outro contexto da educação dos surdos, pois as preocupações eram mais clínico - patológicas do que pedagógicas, tornando as escolas verdadeiros espaços terapêuticos aos invés de educativos.

Após a realização do Congresso de Milão, fica determinado o não uso da língua de sinais, período conhecido pelos surdos como isolamento cultural, como o modelo vigente não rendia bons frutos e com o reconhecimento por alguns pesquisadores que era possível compreender e ser compreendido pela língua de sinais optou-se pelo modelo da Comunicação Total que se preocupava em se comunicar não se importando de que maneira fosse, entretanto uso da língua de sinais somada ao português gerou o bimodalismo, pois as duas línguas eram usadas ao mesmo tempo, não sendo possível ter o mesmo nível de equidade lingüística.

Com o advento das políticas públicas em educação, principalmente para educação especial, a Libras foi reconhecida como língua no ano de 2002 pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva oportunizando aos surdos a oficialização de sua língua.

Hoje o modelo mais indicado para ensino dos surdos pelos pesquisadores é o bilingüismo que reconhece a libras como L1 dos surdos e tem a língua portuguesa como apoio, as escolas bilíngues são muito novas e estão em fase de experiência, mais até agora é o modelo que mais se aproxima do ideário surdo.

Ao mesmo tempo o desenvolvimento e as inovações tecnológicas retomam o debate sobre a medicalização e a “cura” da surdez, o implante coclear é um exemplo claro com opiniões diversas, mas que de certa forma evidencia e acentua o preconceito linguístico.

Vivemos um momento de transição, mudanças, adaptações buscando melhores formas e condições para ensinar os surdos, nos preocupando em desenvolver suas habilidades e promovendo sua independência. Sabe-se que questões como estas são ainda desconhecidas por muitos profissionais da educação, e levam algum tempo para serem desconstruídas, porém tem um significado grandioso para uma escola ser vista pelo surdo como igualitária.

Todavia é difícil pensarmos uma educação bilíngue, se a escola não promover melhores condições de ensino e formação de profissionais e educadores com plenas condições de realizar mediações linguísticas na própria sala de aula, pois os surdos tem buscado uma escola significativa, com um ambiente lingüístico apropriado para aquisição natural de sua língua e que valorize sua identidade enquanto surdo.

Bibliografia:

BRASIL. Lei. Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 5 de ag.2013.

_____. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 5 de ag.2013.

_____. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 5 de ag.2013.

_____.LEI nº 12.319, de 1º de Setembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 5 de ag.2013.

FESTA, P.S.V.; OLIVEIRA, D. C. Ensaio Pedagógico. **Bilinguismo e surdez:** conhecendo essa abordagem no Brasil e em outros países. Revista eletrônica do curso de Pedagogia das Faculdades OPET. ISSN 2175-1773 – Dezembro de 2012.

FERNANDES, S. **Educação de Surdos**. 2ª Ed. Curitiba: Ibplex, 2011.

GESSER, A. **Libras? Que Língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009.

MACIEL, M. R. C. **Portadores de Deficiência:** a questão da inclusão social. Vol.14 no. 2. São Paulo. Perspectiva, 2000.

MANTOAN, Maria T. E.; PRIETO, R.G. **Inclusão Escolar**. São Paulo, Summus Editorial, 2006.

NOGUEIRA, Clélia M. I. et al. **Surdez, Libras e Educação de Surdos:** Introdução a Língua Brasileira de Sinais. Maringá, Eduem, 2012.

PEREIRA, M. C. da C. Bilinguismo e a aquisição da língua (gem) por crianças surdas. In: ____ (org.). **Temas em Educação Especial:** Avanços recentes. São Paulo: EdUFSCar,2004.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKILIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUILES, R. E. S. **Estudo de Libras**. Campo Grande: editora UFMS, 2010.

SÁ, Nídia R. de. O discurso surdo: a escuta dos sinais. In:___ Skiliar, C (Org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. 6ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

SKILIAR, C. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In___ SKILIAR, C (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças.6ª Ed.Porto Alegre: Editora Mediação,2012.

STROBEL, K. L. **A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.245-254, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592. 245

STUMPF, M. “A educação bilíngue para surdos: relatos de experiência e realidade brasileira”. In:___ QUADROS, R. M. de. (Org.). **Estudos Surdos IV**. Petrópolis: Arara Azul, 2009.